

**EDcl nos EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM AGRAVO EM RECURSO
ESPECIAL Nº 1.423.849 - SP (2019/0001137-9)**

RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
EMBARGANTE : JULIANO ALVES MALAQUIAS
ADVOGADO : MARCELO SCHMIDT RAMALHO - SP103556
EMBARGADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de embargos de declaração opostos por JULIANO ALVES MALAQUIAS contra decisão de minha lavra que indeferiu liminarmente os embargos de divergência (e-STJ fls. 655/657).

Nos presentes embargos, o embargante alega que a decisão embargada peca "pelo exagero de formalismo burocrático [...], aplicando à risca o enunciado n. 266, que poda a garantia constitucional da aplicação flexível da lei" (e-STJ fl. 664). E aduz que, "mesmo tendo entendimento desta corte a respeito da não apreciação dos embargos de divergência, por este ser confrontado com decisão em *habeas corpus*, s.m.j, e com espírito humanitário, aqui, o regime mais severo a ser considerado é o semiaberto, como já foi decidido por esta Corte em julgados anteriores, muito embora em sede de *habeas corpus*" (e-STJ fl. 665).

Requer o provimento dos aclaratórios, a fim de determinar a aplicação de regime menos severo para início de cumprimento da pena.

É o relatório.

Decido.

A despeito das alegações expendidas, constata-se que a decisão embargada analisou fundamentadamente todas as questões submetidas ao crivo do Superior Tribunal de Justiça, nela não se apresentando nenhum dos vícios de expressão elencados no art. 619 do Código de Processo Penal (ambiguidade, omissão, contradição ou obscuridade).

A decisão embargada foi clara e expressa ao concluir que: a) o embargante não se desincumbiu do ônus de comprovar o dissídio pretoriano nos moldes

Superior Tribunal de Justiça

do art. 266, § 4º, do RISTJ, uma vez que não basta a transcrição de ementas e excertos dos julgados para comprovar a divergência jurisprudencial, deve-se, no entanto, expor as circunstâncias que identificam os casos confrontados, impondo-se a absoluta similitude fática entre o acórdão embargado e o paradigma com tratamento jurídico diverso; e b) não se admitem os embargos quando a divergência apresentada se dá com acórdão proferido em *habeas corpus*.

O que se revela, nitidamente, é a pretensão infringente do embargante, operada em via imprópria a esse desiderato, à míngua de omissão, de contradição ou de obscuridade na decisão embargada.

Ante o exposto, **rejeito os embargos de declaração.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 08 de outubro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator